

[166]

A CRECHE COMO DIREITO DAS CRIANÇAS À EDUCAÇÃO: A LEGITIMIDADE CONSTRUÍDA PELA EXPERIÊNCIA DE PAIS E MÃES COM FILHOS NA CRECHE

Regina Dias, José Alberto Correia e Maria de Fatima Pereira

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Univerdade do Porto

Este trabalho apresenta uma parte da investigação realizada no âmbito da minha tese de doutoramento que buscou conhecer e reconhecer as concepções que as educadoras e pais e mães com filhos em creche vêm construindo sobre a legitimidade da educação pública das crianças dos 0 aos 2 anos de idade. O pressuposto é de que a experiência de trabalhar numa creche e ter filhos na creche, enquanto uma nova prática social de socialização das crianças pequenas, propicia a construção de novas formas de linguagens que interpellam o que está dado como natural e apontam para novos horizontes e alternativas.

A questão social que a creche problematiza está relacionada com a ideia da socialização da primeira infância, considerada consensual e natural, feita pela mãe no espaço privado do lar. Entretanto o crescente trabalho feminino fora do lar tornou necessária a criação de alternativas para o cuidado e a educação das crianças pequenas, tornando-o coletivo e público. A demanda por creches cresceu em todas as classes sociais e o trabalho da mulher fora de casa já não é a única motivação. Ainda que pese a questão do trabalho da mulher fora de casa e a questão da igualdade de oportunidades e o compartilhar do cuidado e socialização dos bebés, nos últimos

anos movimentos sociais de defesa dos direitos das crianças, práticas sociais de atendimento e investigações académicas vêm salientado a importância de considerar a criança de todas as idades não apenas como sujeito de direitos, mas como sujeito público de direitos, sujeito social de direitos (Arroyo, 1994).

Segundo Arroyo (1994) à medida que a reprodução da infância foi deixando de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito privado da família, surge a Infância como categoria social. O Estado e a sociedade foram confrontados com a questão do cuidado e da educação das crianças dos 0 aos 3 anos. A Infância passou a ser objeto dos deveres públicos do Estado.

Considerar a criança pequena como um sujeito de direitos levou ao questionamento das políticas assistencialistas e assistenciais próprias desta faixa etária e fincou a concepção hoje predominante na área, do direito da criança desde tenra idade à educação pública de qualidade. Articula-se assim em torno da creche a discussão e a luta pelos direitos sociais de mulheres e crianças e, que mais tarde, através da construção das políticas públicas e práticas institucionais vão configurando uma nova cultura da socialização da primeira infância.

[Palavras-chave] Educação, Pequena Infância, Direito, Família, Cidadania

Mas essa concepção está longe de ser aquela que serve de suporte às políticas sociais e educacionais em muitos dos países que possuem uma política de educação de infância, apesar dos avanços dos últimos anos.

Em muitos casos a educação de infância ainda não se constituiu como um direito das crianças à educação pública. Em primeiro lugar, não houve e nem há uma política de universalização da oferta e, em segundo, nos estados que adotaram uma política neoliberal houve um grande incentivo para que a expansão da oferta fosse assegurada pelo sector privado da educação, lucrativo ou não.

Nos diversos países onde o Estado legisla sobre a educação de infância existem diferenças substanciais quanto à oferta do serviço, quanto à vinculação administrativa, quanto aos profissionais que nela actuam e sua formação, quanto à definição do direito, quanto à idade que abrange, quanto a proposta educativa e o período de funcionamento. E quando se trata da educação das crianças de 0 a 3 anos as diferenças agudizam-se, o atendimento das crianças pequenas vagueia entre as políticas sociais e as educacionais conforme a realidade política, social, cultural e económica de cada país, em determinado período histórico.

As modalidades de atendimento são variadas: existem as creches públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, as creches domiciliares, as amas (credenciadas ou não pelos serviços sociais) e outros serviços definidos de acordo com a política local.

Aquilo que aproxima as diferentes políticas (e, às vezes a sua indefinição) é as concepções que as suportam. A creche continua a ser a única instituição educativa a ter sua existência colocada em causa pelos administradores, apesar da crescente demanda nos grandes centros urbanos. A ideia de que se trata de um serviço não essencial e dispendioso cuja área de atuação é da competência da família está, muitas vezes, na base das políticas adotadas. (Bondioli e Mantovani, 1998)

Em Portugal a educação de infância surge como serviço público de educação no pós 25 de Abril e a lei nº 5/77 consagrou apenas a educação pré-escolar, destinada às crianças dos 3 aos 5 anos de idade, em horário parcial

(5 horas diárias). As creches ficaram sob a tutela do hoje denominado Ministério do Trabalho e Solidariedade Social. A crescente importância atribuída pela sociedade à educação de infância foi, neste momento incorporada à lei sob o signo do Direito, ao fixar o papel do Estado não mais sob a figura do cuidado, mas sob a do dever. (Cury, 1998)

Contudo, as instituições de educação pré-escolar continuaram a ter uma dupla tutela. Os jardins de infância públicos ficaram sob a tutela pelo Ministério da Educação e os jardins de infância das instituições privadas de solidariedade social (IPSS), que na generalidade funcionam em horário integral e atendem crianças desde os 4 meses até aos cinco anos ficaram sob a tutela do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

A dupla dependência pedagógica e administrativa expressa a indefinição quanto aos objetivos e funções da educação de infância. Segundo Bairrão et al (1997), os jardins-de-infância públicos possuem um modelo de funcionamento de tipo educacional e os das IPSS orientam-se por um modelo de atendimento de tipo assistencial, porque regidas pela lógica do cuidado.

No caso das creches a proposta assistencial prevaleceu porque se trata de atender as necessidades da família. As necessidades da criança ficam em segundo plano. Para as crianças dos 4 meses aos três anos, a pretensão é a guarda, os cuidados de higiene, a alimentação, o sono e os afetos, numa rotina diária e em relações organizadas a partir do referencial dos cuidados maternos. Para as crianças dessa faixa etária as modalidades de atendimento são as seguintes: oferta não formal feita pela família, amigos e vizinhos; empregadas domésticas, amas não licenciadas e babysitters. Oferta formal: Ama licenciada; Creche; Mini-creche (atendimento de 5 a 6 crianças em ambiente semelhante ao familiar) e; Creche Familiar (conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, residentes na mesma zona geográfica, enquadradas técnica e financeiramente pelos Centros Regionais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social e destinada às crianças dos 0 aos 5 anos de idade. (A Educação Pré-Escolar e os Cuidados para a Infância em Portugal, 2000)

A concepção de criança subjacente a essa concepção de atendimento à primeira infância é a criança dependente e passiva dos cuidados do adulto, descrita assim por estudantes de um curso de educadoras de infância “na creche as crianças muito pequenas não fazem nada...”, “não realizam actividades...”, “não falam connosco...”, “as actividades de cuidado de rotina estendem-se interminavelmente ao longo do dia e não há tempo para desenvolver actividades...” (Portugal, 1999:86).

O atendimento assim organizado revela a falta de uma tradição pedagógica de suporte, os preconceitos ideológicos que lhe são inerentes, a precariedade e a inferioridade presentes na creche. Entretanto ao longo dos últimos anos desenvolveu-se uma cultura sobre a educação da primeira infância e “parece ter chegado o momento de tentar definir alguns dos seus múltiplos aspectos”(Bondioli e Mantovani, 1998:13). Reconhecendo a importância desse momento a investigação teve como objetivo conhecer e analisar as concepções de creche, de criança, de cuidado e educação da primeiríssima infância, de família e do papel da mulher no espaço privado e no espaço público dos pais e das mães com filhos em creche que vêm legitimando a educação da criança de 0 aos 3 anos de idade no espaço público, em Portugal. O presente trabalho apresenta os resultados relativos as concepções de creche reveladas pelos pais.

Escolhas metodológicas

A legitimação da educação de infância e, em particular da creche, vem sendo produzida por diferentes discursos como o da pedagogia, o da psicologia, o da cidadania, elaborados pelos diferentes intervenientes nos campos educativo e social. Os discursos dos sujeitos que quotidianamente vêm contribuindo com sua prática para essa produção desempenham também um papel estruturante e, serão aqui objeto de análise porque concordo com Carvalho (1999 cit in: Silva, 2008) quando chama a atenção para “o fato de que o silêncio, identificado por P. Ariès, a respeito da afeição, do trato e da relação com bebês até o início da modernidade, pode estar revelando não apenas uma atitude social generalizada que considerava sem importância esses temas, mas também o silêncio imposto às mulheres que se dedicavam a criar esses bebês

e que dispunham de poucas formas de expressão social onde deixar as marcas de seus sentimentos e práticas”. No caso da educação das crianças de 0 a 3 anos em creches esse silêncio ainda se faz ouvir no campo da educação em Portugal.

De acordo com Correia (2000:5), os discursos educativos contribuem para legitimar decisões educativas e as formas de expressão das oposições a estas decisões e não são apenas instrumentos cognitivos que permitem o acesso ao conhecimento e ao reconhecimento de um objeto. Os sujeitos que intervêm no campo educativo “produzem-se nos discursos que produzem, produzindo também os fenómenos sobre que discorrem”. Neste sentido ouvir as profissionais e os pais e mães de uma creche sobre a educação dos bebés no espaço público significa reconhecer estes sujeitos como produtores de um discurso legítimo para o campo da educação uma vez que “ao mesmo tempo que produzem os seus autores, os discursos educativos contribuem para a naturalização de subjetividades educativas que desempenham um papel estruturante, quer na definição e produção de problemas educativos quer na identificação das soluções plausíveis e ainda na determinação dos atores a quem se reconhece a legitimidade de protagonizarem estas soluções” (Idem: 5)

A escolha das entrevistas com caráter biográfico para os pais e mães, onde focaram sua narração na vivência da infância, da adolescência e da vida adulta, em questões relacionadas às relações de género, se deveu a preocupação de perceber o sentido que os sujeitos atribuíam a suas experiências, porque na interação que estabelecem entre os diferentes discursos e práticas presentes na situação vivida, constroem um discurso legítimo que interpela o que está dado e conhecido e formula novas alternativas.

As entrevistas foram realizadas com cinco pais e cinco mães com filhos matriculados numa creche autárquica de um concelho do distrito do Porto. A diversidade das famílias usuárias permitiu a escolha de pais e mães com diferentes níveis de escolaridade, idade, condição social e situação profissional. Assim, temos pais e mães licenciados, pais que por um ano ou dois não concluíram o 12º ano, pais e mães que abandonaram a escola no 2º ou no

3º ciclo, mães que através das Novas Oportunidades completaram a escolaridade básica e secundária. A idade varia entre os 26 anos e os 44 anos. Em relação a situação profissional, só duas mães estavam desempregadas.

Conceptualizando novos direitos e uma nova cidadania no contexto da globalização

A creche entendida como um dos espaços de construção de uma nova cultura da infância e da sua socialização é de recente elaboração prática e teórica. O debate sobre a educação pública das crianças dos 0 aos 3 anos, em anos recentes, tem seu desenvolvimento em torno de questões sobre as funções sociais da creche, sobre a velha lógica assistencial e a lógica do educar e cuidar, sobre as competências e a autonomia das crianças muito pequenas, sobre o problema do financiamento, sobre o papel da mulher na sociedade, sobre as alternativas coletivas ao cuidado materno, sobre as transformações na estrutura familiar e do papel do Estado e da sociedade no reconhecimento da criança e da mulher como sujeitos de direitos.

Na sua trajetória histórica, a creche acompanhou as mudanças que se verificavam na família, sua referência nas definições de sua existência e organização. A creche surge tendo como referente a família pobre que necessita de apoio na socialização dos filhos, naquele momento objeto das preocupações sociais e políticas. A chamada creche moderna, em contraponto com a creche assistencial, é construída a partir das necessidades e dos direitos da mulher que trabalha, daí o importante papel desempenhado por grupos feministas e movimentos sociais urbanos na luta pela redefinição das funções da creche.

Mais recentemente, as práticas sociais e os estudos sobre o cuidado e a educação das crianças menores de 6 anos em espaços coletivos, através do desenvolvimento da sociologia da infância, que considera que as crianças constituem um grupo social, tanto estrutural como cultural e que o espaço social da infância é um espaço construído inclusive pelas próprias crianças (James e Prout, 1990) e, da pesquisa psicológica sobre a socialização precoce em contexto

social diversificado, considerando a competência precoce da criança para o desenvolvimento sócio-cognitivo e linguístico, a creche é defendida não só como direito da mulher e da família, mas como direito da criança enquanto agência educativa.

Na incerteza dos tempos atuais, a questão dos direitos sociais reveste-se de crescente importância diante das exclusões e discriminações da maioria e, em especial das crianças e das mulheres, que expressam a defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade social. A temática das desigualdades sociais adquire novos contornos ao se confrontar com os avanços democráticos dos últimos anos e com as mudanças no contexto neoliberal que vêm promovendo a demolição dos direitos conquistados que, “em que pesem todos os seus limites, mal ou bem garantem prerrogativas que compensam a assimetria de posições nas relações de trabalho e poder, e fornecem proteções contra as incertezas da economia e os azares da vida.” (Telles, 1997:2)

Os direitos sociais, juntamente com os direitos políticos e civis, foram reconhecidos como direitos humanos e incorporados nas constituições da maioria dos países ocidentais durante o século XX e, nos países que vivenciaram regimes totalitários, serviram como referência fundadora de uma modernidade democrática. O processo de democratização e a elaboração das leis garantidoras da igualdade fez-se no terreno marcado pelo discurso da naturalização da questão social, onde foi produzida uma representação social negativa de grupos da sociedade civil que eram vistos pelos demais segmentos da sociedade não tanto pela sua faixa de renda, mas sim pelo local de moradia, pela pertença a um género, pelo lazer que tem acesso, pela cor da pele. A defasagem entre direitos consagrados em lei e realidade social revelaram as tensões, contradições e as difíceis relações entre o “mundo social e o universo público da cidadania, na disjunção, sempre reaberta, entre a ordem legal que promete a igualdade e a reposição das desigualdades e exclusões na trama das relações sociais; entre a exigência ética da justiça e os imperativos de eficácia da economia; entre universos culturais e valorativos de coletividades diversas e a lógica devastadora do mercado”. (Telles, 1997:3)

A consideração dessas tensões impõe uma redefinição dos direitos sociais e o abandono de uma definição que apenas dá conta da impotência dos direitos legalmente reconhecidos em fazer frente ao desmantelamento dos serviços públicos e da consequente perda das conquistas sociais. A proposta de Telles é a de repensar os direitos sociais a partir das questões que abrem e dos problemas que colocam. Neste sentido a reflexão sobre como vem sendo produzida, no conflituoso e problemático terreno da vida social, a instituição creche como direito das mulheres à partilha das responsabilidades na socialização da primeira infância e como direito das crianças da primeiríssima infância à educação coletiva e pública inscreve-se na ótica do político “ancorado na temporalidade própria dos conflitos pelos quais as diferenças de classe, de género, etnia, raça ou origem se metamorfoseiam nas figuras políticas de alteridade – sujeitos que se fazem ver e conhecer nos direitos reivindicados, se pronunciam sobre o justo e o injusto e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência como questões que dizem respeito às regras da vida em sociedade”. (Telles, 1997:4)

Neste sentido, os direitos sociais deixam de ser uma resposta a um conjunto de necessidades e carências à medida que passam a ser colocados na ótica dos sujeitos que os elaboram numa linguagem pública carregada de positividade, que diz o justo e o injusto, que problematiza os dramas da existência em termos das exigências de equidade e justiça e onde o reconhecimento dos direitos tem o sentido de inventar as regras da civilidade e da sociabilidade democrática. Pois a palavra, “individual ou coletiva, que diz o justo e o injusto, é também a palavra pela qual os sujeitos que a pronunciam se nomeiam e se declaram como iguais, igualdade que não existe na realidade dos fatos, mas que se apresenta como uma exigência de equivalência na sua capacidade de interlocução pública, de julgamento e deliberação em torno de questões que afetam suas vidas – e essa exigência tem o efeito de desestabilizar e subverter as hierarquias simbólicas que os fixam na subalternidade própria daqueles que são privados da palavra ou cuja palavra é descredenciada como pertinente à vida pública do país.” (Telles, 1997:5)

A creche entendida como um recurso da filantropia e/ou da assistência social para minimizar, compensar ou substituir a falta de condições económicas, sociais e culturais da família pobre está inscrita na lógica do discurso humanitário que constrói a noção do carente, do inútil, cujos problemas podem ser identificados e tecnicamente administrados por políticas sociais, mesmo com o reconhecimento das discriminações, da violência, dos preconceitos de classe, de género, de raça e de idade. Nessa lógica as identidades e os lugares de cada um são apenas confirmados.

Segundo Telles (1997) a novidade está em reconhecer a dimensão transgressora dos direitos que tendo como referentes os princípios universais da igualdade e da justiça, operam no terreno do conflito, dando visibilidade e inteligibilidade aos antagonismos e às divergências. A presença dos sujeitos portadores de uma palavra na cena política permite dar visibilidade e nomear a distância existente entre a ordem legal e o quotidiano de desigualdades enquanto um problema que “exige o julgamento e a deliberação política”. (Idem: 6)

Essas vozes legitimam a intervenção dos sujeitos nas questões que lhes dizem respeito e nas políticas que afetam suas vidas ao colocarem na cena pública o que antes estava silenciado, ou tido como não pertinente para a deliberação política. Trazem também valores, aspirações, desejos e vontades de um outro mundo onde seja possível ultrapassar as fronteiras reais e simbólicas dos lugares predefinidos em suas vidas. Os direitos, assim definidos, permitem a elaboração política das diferenças e trazem para a cena pública através da palavra, as suas formas de existência, com seus valores e cultura, como questões que interpelam o julgamento ético e a deliberação política. (Idem)

A socialização da primeira infância enquanto tarefa feminina e familiar, uma construção histórica moderna, foi sendo questionada pela crescente importância que a educação de infância adquiriu durante o século XX, fomentado sobretudo pelas mulheres e pelo movimento feminista que buscaram e continuam a buscar através da palavra transgressora “«redescrer o mundo» e tornar possíveis «descrições alternativas» que ampliam nossas referências cognitivas e valorativas (tornam

relevantes ou possíveis coisas que antes não existiam), que desestabilizam o já sabido ou posto como evidência que não suscita a reflexão pois apenas existente na nossa paisagem cotidiana.” (Ibidem:8) A educação de infância vem sendo legitimada enquanto direito das crianças à educação e como primeira etapa da educação básica em alguns países do mundo. Noutros permanece a heterogeneidade de políticas e programas. A trajetória da educação de infância nada tem de linear ou homogênea quando se tem em conta o público a que se destinava e as ideologias que pretendia defender ou questionar.

Nessa trajetória destaca-se a incorporação de reivindicações de diferentes setores da sociedade nas disposições legais que consagraram direitos sociais. Foi o caso da educação pré-escolar (dos 3 aos 5 anos) em Portugal, que passou a ser considerada como a primeira etapa da educação básica e da educação de infância (do 0 aos 5/6 anos) que se tornou a como primeira etapa da educação básica no Brasil e na Itália, no contexto da consolidação democrática. Assim, os movimentos sociais das décadas de 60 e 70 também contribuíram para uma nova maneira de conceber e compreender o atendimento de crianças com menos de 7 anos em instituições na sua complexidade psicológica, social, económica e política. A luta pelos direitos das crianças e das mulheres foi levada a cabo por pessoas ligadas a academia, que se dedicavam a realizar pesquisas que sustentavam a defesa das competências precoces das crianças, a positividade das relações estabelecidas em instituições, a desmitificação das ideologias que embasavam teorias elaboradas para manter o status quo e, pelos movimentos sociais organizados que, através de variadas formas, negociaram com o Estado o reconhecimento dos seus direitos, para além dos partidos políticos identificados com os interesses das classes populares e organizações não governamentais que apoiavam movimentos específicos. (Gohn, 1985, Filgueiras, 1986, Ghedini, 1994, Dias, 1995, Silva, 2001, Montenegro, 1997)

No entanto, outras concepções foram contribuindo para a formação da educação de infância durante o século XX, como um campo heterogêneo, polémico, cujos dilemas e conflitos vem trazendo para o debate político diferentes modos de descrever as tradições e a ordem do mundo, ao mesmo tempo

que alarga o horizonte com alternativa para o futuro. Assim, o fato de a creche ter surgido no momento em que a família ocupava espaço privilegiado na educação e cuidados da criança pequena, tornou-a uma concorrente de menor valor, uma substituta da família, um mal necessário que na prática evidenciou-se através da precariedade e insuficiência de recursos, na má qualidade do atendimento, em quadros profissionais sem formação específica, na ausência de legislação e normas básicas de funcionamento. Essas características prevaleceram durante boa parte do século passado e trouxe para esse alguns problemas ainda não totalmente resolvidos.

A positividade do atendimento institucional de crianças pequenas apareceu em países socialistas como forma de liberação da mulher, fosse para o trabalho, fosse para outras actividades. A creche era um projecto novo para uma sociedade nova e apontava para a responsabilidade da sociedade na educação das novas gerações e, assumida de forma social pelo Estado.

A ideia da creche como um local de apoio às mulheres trabalhadoras pobres começou a mudar quando as feministas e os movimentos de esquerda passaram a defender o atendimento das crianças de 0 a 6 anos como um direito de todas as mulheres, independente da classe social a que pertencem e da condição de trabalhar fora. Mais tarde, com a experiência da defesa dos direitos sociais e a denúncia das desigualdades sociais, os movimentos sociais urbanos vão passar a defender a creche e a pré-escola como direito das famílias (homens e mulheres) e das crianças à protecção social e à educação.

Em meio a tantas concepções que vêm informando e conformando o campo da educação de infância, o direito à educação das crianças dos 0 aos 3 anos continua por ser reconhecido em Portugal. Mesmo em países onde este direito foi reconhecido em lei, continua a prevalecer a distância entre o texto legal e um quotidiano de desigualdades precisamente porque as políticas assistencialistas, que em tese deveriam combater a exclusão social, acabam por produzi-la, como já referenciamos acima.

Mas se tomarmos a concepção de direitos sociais, como explicitada anteriormente,

podemos afirmar que a demanda e a luta por creche, aqui entendida como a instituição que atende crianças dos 0 ao 3 anos, independente de possuir ou não a valência do jardim de infância, incorpora na sua problematização a questão dos direitos da mulher e da criança, ao alargar o horizonte de legitimidade da cidadania e ao inventar, “em uma negociação sempre difícil e sempre reaberta, as regras da vida em sociedade”. (Telles, 1997:4)

Conhecer a palavra das mães e dos pais sobre a concepção que vêm formando sobre a educação pública da primeira infância e os temas a ela concernentes, significa reconhecer-lhes a palavra que exige o respeito, o reconhecimento e a partilha nas discussões e nas definições das políticas que afetam suas vidas e traz para cena pública o que antes estava silenciado.

A positividade da educação pública e coletiva das crianças pequenas: desconstruindo a tradição e construindo o novo: as palavras dos pais e mães

A questão social vem sendo colocada no campo da modernização da economia que identifica os direitos como um ónus e um obstáculo a competitividade do mercado. O processo em curso procura negar direitos conquistados e descaracterizar as esferas de explicitação de conflitos e de negociação, com o intuito de criar o consenso do mercado como único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política. Mas se é “verdade que os direitos supõem uma palavra, o encolhimento da cena política tem o efeito de tornar invisíveis, não existentes ou não legítimas, as realidades que essa palavra nomeia e as alternativas com que acena”. (Telles, 1997:8)

Assim, é imperativo quebrar o silêncio a respeito das concepções e práticas de socialização e de educação dos bebês vivenciadas pelas famílias num cotidiano feito de desejos, dúvidas, angústias, interesses, concepções novas e antigas que abalam certezas e constroem novas aspirações e novas alternativas de futuro e, onde a igualdade, apesar da inexistência na realidade, se apresenta como uma exigência dos sujeitos que falam.

Como vimos, as instituições de educação de infância vêm sendo pensadas, legitimadas e administradas com base em três discursos. O primeiro é aquele que afirma que a instituição dedicada a primeira infância tem como objetivo a promoção do cuidado e do desenvolvimento da criança, tendo em vista a preparação para a entrada nos níveis posteriores da educação, bem como a reprodução da cultura. O segundo discurso articula-se em torno da contradição entre a ainda dominante ideologia da maternidade, segundo a qual o cuidado exclusivo da mãe é a melhor opção para a criação das crianças pequenas e uma realidade cultural e económica onde um número crescente de mães não pode ou não está disposta a proporcionar tal cuidado exclusivo. Neste caso, a creche produz o cuidado para os pais e para os empregadores, de modo a proporcionar um lar substituto, com características do modelo diádico entre mãe e filho. O terceiro discurso pretende construir a ideia da educação de infância como um negócio, em contraposição a ideia do direito. Trata-se de fazer expandir o mercado privado dos serviços de cuidado à criança, lucrativo ou não, com a conseqüente limitação do acesso das crianças e suas famílias, bem como afirmar uma concepção de atendimento mais orientada para o mercado, seja na oferta, seja na organização do trabalho.

Esses discursos estão inscritos na lógica do projeto da modernidade, que constrói a instituição dedicada à infância a partir da ideia da redenção social, ou seja, são locais onde, para além da transmissão do conhecimento, a intervenção na vida das crianças pode ajudar a solucionar problemas sociais e psicológicos com a aplicação cuidadosa das ciências comportamentais e sociais (Dahlberg, Moss e Pence, 2003).

A expansão da educação de infância nas últimas três décadas fez-se no contexto da globalização, com o enfraquecimento do Estado-nação, o crescimento do capitalismo global e o surgimento dos novos movimentos sociais, que trouxeram para a cena política novos sujeitos sociais. Assim, se as instituições de educação de infância inscreveram-se entre as condições a serem criadas pelo Estado-nação para atrair as corporações transnacionais, garantindo mão-de-obra competitiva, em número suficiente e com flexibilidade, os movimentos sociais reescreveram as necessidades

em novos direitos sociais, dos quais o direito à educação das crianças dos 0 aos 6 anos é exemplar.

Um novo discurso sobre as funções das instituições dedicadas à primeira infância vem sendo construído com base no direito de todas as famílias e de todas as crianças à educação de infância, desvinculando o acesso a creche dos critérios de admissão ligados a situação de emprego dos pais, das condições socioeconômicas da família, das situações de risco das crianças. A partir da afirmação do direito, as instituições de educação da infância contribuem para a construção de um discurso público sobre a primeira infância que permite problematizar os discursos dominantes sobre a infância, sobre as construções da criança pequena, sobre as instituições e seu trabalho. Na relação entre trabalho feminino e cuidado das crianças pequenas em creches, as instituições são defendidas como promotoras da igualdade de gênero no mercado de trabalho e da conciliação do trabalho e da vida familiar. As crianças pequenas “são consideradas capazes de lidar e, de fato, de desejar e cultivar relacionamentos com pequenos grupos de outras crianças e adultos, sem que isso coloque em risco seu próprio bem-estar ou seu relacionamento com seus pais” (Dalhberg, Moss e Pence, 2003:111). Nessa perspectiva, a positividade da instituição está em ela não ser um lar substituto, ao proporcionar “uma teia ou rede complexa e densa de conexão de pessoas, ambientes e atividades que abre muitas oportunidades para a criança pequena dentro de uma visão da criança rica e de uma pedagogia co- construtora” (Idem:112).

As instituições de atendimento à criança pequena, são portanto, socialmente construídas e a questão da sua função e do seu papel não estão dadas *a priori*. Elas são constituídas pelos diferentes discursos presentes na sociedade e incorporam concepções e éticas relacionadas com as construções da criança pequena e com as construções da família e da mulher, que por sua vez, informam e produzem a prática pedagógica e institucional. Esses discursos foram apontados ao longo desse capítulo e, importa agora conhecer os discursos produzidos pelas mães e pais que optaram pela educação em creche para os seus filhos.

Tais mudanças são formuladas pelos pais e mães recorrendo a um discurso que formula as funções e o papel da creche a partir das circunstâncias atuais da vida, da experiência própria e de outros e da comparação do leque de opções a sua escolha, tendo em vista suas convicções pessoais sobre a família, sobre o trabalho feminino e sobre o que é desejável e fundamental na educação dos seus filhos. Também deparam-se com as opiniões, preconceituosas ou não de familiares e amigos sobre as opções de que dispõem. Nos discursos dos pais e mães aqui analisados, a formulação da demanda pelo serviço creche “parece estar ligada não só à presença de uma necessidade, mas também à capacidade, culturalmente diferenciada, de especificá-la e articulá-la” (Bondioli e Mantovani, 1998:19).

O pai Sandro, cuja primeira filha foi criada em casa pela tia, enfrentou a seguinte reação quando decidi junto com a mulher optar pela creche para a segunda filha, nascida seis anos depois da primeira:

“Eu lembro quando pus a minha filha aqui na creche, minha segunda menina, a minha sogra disse: tu és tolo, tu vais matar a miúda, tão pequenina e metê-la na creche. E eu disse: ó sogra, eu é que sei, estou em Paredes e acho que até lhe faz bem e faz. Por acaso vão brincando com outra crianças, vão tendo hábitos já definidos e lhe fez bem. E eu tenho um sobrinho que é mais velho que a minha filha, minha filha tem seis anos e ele tem agora nove, três anos de diferença, e eu pus a minha aqui na creche e estou vendo o desenvolvimento dela a falar e tudo e um dia chego lá e, antes de entrar pra a escola, o miúdo tinha cinco anos, inscreveram no infantário. ... Não falava as letras todas e depois viram a minha filha, fala que parece um papagaio. Então meteram logo o miúdo no infantário, foi quando o miúdo desenvolveu mais.”

Para a segunda filha optaram pela creche porque o local de moradia mudou, vieram para a cidade e,

“...porque nós víamos por colegas nossos que tinham os filhos na creche, no infantário e víamos o desenvolvimento deles já em relação

a nossa filha mais velha. Foi quase uma obrigação, mas também foi pensado mesmo.”

E para o terceiro filho:

“A segunda e o terceiro vieram logo pra creche e pró infantário, naturalmente, porque vimos o desenvolvimento que teve a minha menina. Não é pra dizer assim, ah! Não quer é tomar conta deles, não foi isso. Era o desenvolvimento e os hábitos que eles criaram, foi bom, foi benéfico mesmo. Nós em casa, quer queiramos, quer não, - ó não faças! e há sempre um que vai e diz, deixa lá. E aqui não. Por isso ficou sempre certo a creche e o infantário.”

Para o pai Carlos os motivos para a escolha da creche também contribuíram para definição de uma concepção sobre a instituição.

“E portanto, entretanto decidimos que sim, que estava na altura de ter a nossa filha, mas já desde essa altura, tínhamos a consciência que independentemente de estarmos na situação em que estamos, ou seja, sem apoio familiar, dependermos de nós próprios ou não, achamos sempre que seria importante que a nossa filha fosse cedo, se calhar não tão cedo, mas desde cedo para a creche. Até porque temos a experiência, temos três afilhados, que nos últimos 10, 15 anos fomos acompanhando, e portanto conseguimos ver a evolução de cada um deles, com características muito diferentes, porque um está na creche desde muito pequenino e os outros dois ficaram em casa com famílias diferentes. E portanto, desde muito cedo começamos a perceber que, se calhar era mesmo boa ideia, mesmo que tivéssemos apoio familiar, ter a nossa filha na creche. Por várias razões, não é? Porque pra já quer eu, quer a minha mulher trabalhamos e, portanto não temos a possibilidade de estar o dia todo com ela. Por outro lado, porque achamos que a questão da socialização com as outras crianças e com outros adultos e num meio que tem regras da sociedade, no fundo, que não são as regras lá de casa, seria muito benéfico para o desenvolvimento dela nesta primeira fase do que estar permanentemente conosco. Não que não achássemos

que não tivéssemos competências para o fazer, mas se calhar, isso seria muito redutor nas experiências que ela poderia ter.”

A concepção de creche, no caso desses dois pais, foi construída a partir da observação da experiência de quem tinha filhos em casa e na creche. Ambos apontam para a socialização entre pares e com outros adultos numa relação mais profissional como um dos critérios para a escolha do lugar para a socialização dos pequenos. É interessante notar que, apesar da ideia ainda dominante da importância da relação exclusiva da mãe nos primeiros anos de vida ou da família como lugar próprio de socialização infantil, esses jovens pais, tendo como referência experiências próprias ou de outros, passam a valorizar a creche enquanto espaço de encontro com os pares e percebem o quanto essa convivência é importante na socialização e no desenvolvimento das crianças muito pequenas. Os vários estudos realizados sobre a socialização de crianças muito pequenas em contextos públicos e coletivos também apontam nessa direção e, serão objeto de aprofundamento no capítulo 4, também recorrendo ao que os pais qualificam como vantagens desse tipo de educação. Pode-se afirmar que esses pais articulam um discurso que aponta para o direito à escolha de uma outra forma de educação para seus filhos, que põe em causa a ideologia da maternidade e desafia a construção da criança passiva e dependente e, afirma o direito à educação coletiva e pública dos mais pequenos.

Para o pai Julio, a experiência complicada com uma ama com a primeira filha e a falta de apoio familiar estiveram na origem da escolha da creche para os filhos.

“A primeira filha, nós estávamos cá sozinhos e abandonados a pouco tempo e não sabíamos de creche... E então começaram a vir aquelas pessoas ah! Minha mãe toma conta. Os primeiros seis meses da minha filha foram passados com a mãe. E os outros seis meses a seguir foram com uma ama que tive pena quando descobri, disse não, fora daqui. E depois foi passado até aos três anos noutra ama porque não sabíamos de creche, nem sabíamos se havia aqui creche... Ora bem, vem esses dois pirralhos, o que vamos fazer. Há creches, já sabíamos que havia

creches. Começamos a ver... Estamos muito contentes com a creche. Estamos a ver os putos a desenvolver.”

O desconhecimento das opções existentes leva a escolha possível, a ama, mas com a noção da restrição da socialização desse contexto: “Ela estava na ama e era pouco desenvolvida”. O pai procurava compensar o fato da criança estar sozinha todo dia, em casa com uma pessoa, com passeios e experiências que julgava pertinentes para o desenvolvimento da filha. Aqui também é feita a crítica da educação no contexto doméstico. Neste caso, a pouca oferta de vagas, face a crescente demanda, e a falta de informação sobre a existência das creches está na origem das escolhas de muitas famílias que, se puderem exercer o direito à escolha, preferem a creche para o cuidado e educação de seus filhos à ama. Estudos realizados sobre a representação que os pais possuem sobre a creche apontam para o pouco conhecimento da mesma, uma vez que a forma como se estrutura é pouco orientada para transmitir ao mundo exterior o saber e os conhecimentos que se constroem no seu interior. (Emiliani e Molinari, 1998)

Na fala do pai Alberto identifica-se a concepção tradicional, segundo a qual a criação dos filhos é assegurada no contexto doméstico pela mãe dedicada totalmente à criança. Mas reconhece a creche como um local de criação das crianças pequenas, cuja função está relacionada com o trabalho dos pais.

“É assim, creche, eu particularmente, se calhar preferia que o miúdo fosse criado pela mãe... Eu sou do tipo mais antigo, de ser criado em casa com a mãe. Mas não tenho nada contra a creche. Ele é muito bem tratado aqui, eu vejo, eles são bem tratados aqui... Naturalmente em casa é diferente, não é preciso estar a dizer tudo, em casa com a mãe é diferente. Uma coisa é tratar de quinze miúdos, outra é ter seu filho 24 horas entregue, ou o tempo que for, são coisas distintas, não tem nada a ver. Não tenho nada contra as creches... Acho que há profissionalismo nas creches.”

O para o pai Ricardo, a referência da própria socialização não incluía a educação de infância, fenómeno recente na realidade portuguesa. Entretanto diante da inevitabilidade do trabalho dos

pais, a questão sobre onde deixar o bebé leva a ponderação sobre as alternativas possíveis. Os avós são descartados em função da idade, as amas não são consideradas uma alternativa válida e a escolha inevitável é a creche.

“Não. Nunca ouve disso lá em casa! O jardim de infância era a avó, era lá em casa! E... eu só tive a ideia que existiam creches, acho que já era homem, portanto nem sabia que existiam creches.”

“Olhe, o terem de vir para a creche é inevitável. Vamos ver, aqui só há duas opções, ou vêm para a creche ou ficam com os avós ou, ainda há uma terceira, não, eu, a ama não considero opção. O conceito de ama não me agrada. Havia uma terceira hipótese que era ter alguém em casa.”

Outro tema, apontado pelos pais, também muito importante na construção da positividade da creche diz respeito ao modo como são vistas as profissionais a quem confiam os seus filhos. Aqui também a comparação com contextos informais surge como referência de segurança, são profissionais preparadas para a tarefa que lhes é confiada.

As mães elaboram assim suas concepções sobre a creche.

A mãe Cecília ponderou as várias alternativas existentes e fez sua escolha:

“Em relação a primeira filha fui ver alguns infantários, creches aqui e nós moramos em outro conselho e fui ver perto de casa também e ponderamos a hipótese dela ficar em casa com uma empregada. Pronto, eu antes preferia que ela fosse pra uma creche e meu marido que ela ficasse em casa com a empregada. É...ponderamos as várias hipóteses e uma empregada fazia as limpezas, não é nenhuma profissional da educação. A questão da segurança porque ela podia distrair com a limpeza e jantares e almoços e deixar lá a bebé à solta e até que ponto, precisava estar lá conosco uns anos pra eu pudesse confiar e entregar a minha filha. E tinha um bocado de receio disso. E existem prós e contras, mas estava mais pra isso do que outra coisa, foi uma senhora, porque meu marido não queria que ela fosse pra creche queria que ela ficasse em casa, os sobrinhos dele tinham essa experiência, optaram assim e a senhora que estava

lá a fazer essas limpezas depois, por outros compromissos que ela tinha e não podia assumir o horário todo que eu precisava. Tinha que ser alguém que viesse antes de eu sair e só sáísse quando eu chegasse, portanto não podia assumir esse horário todo. Entretanto comecei a ver mais a sério a questão dos infantários e dos... e creche. Entretanto a minha filha nasceu em novembro e portanto ela só começaria a ir em maio. Mas maio já é um mês de não entrar em lado nenhum e foi ficando com a minha cunhada. Durante esse período ficou com a minha cunhada até julho e nos deu mais uma margem de manobra pra procurar a creche. E tinha a felicidade de ter uma educadora como amiga e, daí ter optado por essa creche, pronto foi muito por aí. Quando soube que a minha filha entrava aqui e ficava com a minha amiga, estava a escolha feita, apesar do transtorno de ter que as trazer aqui, de manhã é o meu marido quem as trás, porque ele trabalha é no Porto, mas compensa o facto de ir trabalhar descansada. Vou trabalhar e sei que ela está bem entregue... Eu também achava que era um depósito de crianças, mas já vi que não é, estou convencida do contrário... Amas nunca nos passou, mas também não temos ninguém, mas também não sei, faz alguma confusão, a minha irmã tem o filho dela tem um ano, mas não sei bem quais as qualificações que tem que ter uma ama, mas não conhecendo ninguém também... E deixar a minha filha com uma pessoa estranha numa casa estranha, onde está lá os filhos dela e o marido que eu nem sequer sei quem são, fazia-me alguma confusão..."

Sobre a comparação com outras crianças:

"Tem essa minha amiga e a filha dela é da idade da minha mais nova e está em casa com a empregada e ia por aos três anos, pelo menos era essa a ideia dela e, um bocado provocado por nós falarmos, entretanto mudou de ideias e vai por na creche em Setembro. Chamei a atenção para o comportamento dela e, não é que todos os meninos sejam iguais, mas não estava habituada a lidar com crianças, mas de fato é estranho, ela tem comportamentos anti- sociais."

Para a mãe Márcia a escolha da creche foi assim:

"Como é que eu hei-de... vou me explicar bem? Não tinha outra solução ou era pô-la numa ama, não é? Mas então optei por pôr cá, porque acho que a nível de desenvolvimento delas, não é? Que era outra coisa, não é? Enquanto aqui eles começam a pegar no lápis, a falar correctamente, não é? Mas é diferente, acho que é diferente! Porque o ser criado no meio de, de muita crianças... É diferente, eu disse logo: para a creche, porque na altura a minha sogra dizia que ela, ficava com elas e eu disse que não. Disse: elas vão para a creche porque na creche elas estão lá bem. E ela: "ai..." e eu disse: não! Elas vão para a creche. Não tive a questão de... como é que eu hei-de explicar? Há uma porque não arranjava ama, uma ama... assim ali perto de casa, com... que dissesse assim: olha, tem as condições! Não tem as condições para ter. Então ficou logo resolvido. Elas ainda andavam na minha barriga e já estava destinado, que era para a creche que elas iam..."

Na comparação com outros familiares:

"Tou a notar assim, por exemplo, eu tenho um sobrinho que é da idade delas e não está... diferença de dois meses e não tem o desenvolvimento delas, não é? Está a ser criado pela avó. Prontos, acho que há pais que não são de opinião de por os filhos na creche. Acho que têm uma ideia que, deviam... deviam pensar melhor. Eu acho que isto ajuda muito, muito, muito. Na questão de partilhar os brinquedos, partilhar alguma coisa. Acho que ... acho que fazem muito... por exemplo, eu tenho um sobrinho com quatro anos que ele não é capaz de partilhar nada com as primas. Com as minhas filhas, por exemplo, ele não partilha. "É meu, é meu, é meu". Está em casa com a mãe."

Para a mãe Adelina o processo foi assim vivenciado:

"Não tinha noção nenhuma do que era uma creche. E antes da minha filha até vir pra aqui eu estive a

pensar em deixá-la numa senhora, mas depois vieram com aquelas histórias. Olha que elas estão sozinhas com os bebés, podem fazer mal aos bebés, tu não sabes, enquanto que na creche uma é capaz de não encobrir as outras, se vir alguma coisa de mal já chama a atenção e... Foram clientes minhas que diziam, tão pequenina e já vai para o infantário, tadinha e isso e aquilo. Tadinha não. É assim, eu não tenho opção. Se tivesse a possibilidade de ficar com a minha sogra ou com a minha mãe, eu não hesitava, se calhar, até aos três anos, não hesitava. Mas não tive opção. Tinha que ser, ou eu ficava em casa, coisa que eu não queria, não pela minha filha, mas porque não queria deixar de trabalhar, não queria deixar ter a minha independência financeira porque isso é muito importante para uma mulher hoje em dia. Que antigamente nós tínhamos que nos sujeitar. Acho que é importante. Da creche, o que é que eu posso dizer da creche... Apesar dos pediatras aconselharem estar, pelo menos até aos dois anos com os bebés, que é importante... também é importante eles terem, como que eu hei de explicar isto... eles terem os amiguinhos pequeninos, terem as regras deles, terem a hora do almoço é essa hora, o lanche é aquela hora. Isso é muito importante. Porque nós em casa, facilitamos mais, é tudo... eles não desenvolvem tão bem. Mas isso é a minha opinião."

A mãe Sónia experimentou formas diferentes de criação dos filhos mais velhos, quando trabalhava e do filho mais novo, quando estava desempregada, para além da inserção num outro contexto sócio-cultural quando tinha os dois primeiros filhos pequenos.

"...os meus outros filhos não foram criados na creche, foram criados em casa, com duas meninas que eu tinha em casa. Uma que cuidava da casa, cozinhava e tudo e a outra que cuidava dos meus filhos! Essas meninas, eu as tinha a estudar também! Ou seja, elas estudavam de manhã quando os meninos estavam na escola e de tarde cuidavam deles. Eu trabalhava de manhã e tarde, e à noite elas faziam os deveres e essas coisas. Cá é diferente, para

arranjar uma empregada tinha que ter muito dinheiro, eu tinha uma, nos primeiros oito meses fazia as coisas com vontade, mas depois já não... eu pagava pouco, pagava €250,00 euros, eu pagava meio dia, mas isso não era suficiente para cuidar do meu filho, então ele, doutora, é muito mimado muito pegado a mim, ele é demais só quer sentir colo, colo, colo. E então não me deixava fazer nada, eu tinha que estar ali sempre porque para mal ele era alérgico ao leite de vaca, não podia tomar leite de vaca, só peito, só peito e eu ficava muito aflita, cansada porque somente queria estar ali, quase não comia, para ter algo, então uma senhora me disse, porque não o põe numa creche, o menino já tem um ano! E eu pronto, agora que ele já tem um ano, trouxe-o para aqui. "Olhe que isto é muito bom!" Eu não tenho queixas aqui da creche, atendem melhor os meninos, têm uma grande paciência!"

Comenta assim as vantagens da creche em relação ao ambiente doméstico:

"Sim, numa creche do que ficar em casa, sim! Porque, olhe, ele fica em casa comigo a ver televisão ou a brincar sozinho com os brinquedos, e cá há mais meninos, mais socialização, não é? Porque é assim, ele fala muito mais, quando ele chega a casa eu pergunto- lhe e ele fala e diz-me, a Raquel que faz coisas. As educadoras, todas, todas são muito amáveis

... com tantos meninos que aqui têm, um com um, dois e já está, mas com doze, treze! Mas sim, me parece que é bom. Come melhor e agora tem bom peso e tudo, em casa fica assim e não come, olhe aqui ele toma o remédio com a Raquel, eu trago o remédio e não tenho que o forçar em nada, apenas digo... e em casa..."

A mãe Tais viveu assim a criação dos filhos:

"Não... eu nunca tive coragem de deixar os meus filhos numa ama. Nunca! É... eu sempre fiz horas com os meus filhos... no infantário eles cumprem esse horário, como eu cumpria em casa e numa ama já não! Mas conheço algumas que não tão pra tá com o trabalho e depois é se tiver que comer come, se não tiver não come. Há amas e amas, mas eu

nunca tive coragem de pôr os meus filhos numa ama, nunca... não sei... não consigo. Não adianta! ... Numa creche, porque numa creche... além de ter aqueles horários regulares, tem outras crianças para eles... para eles brincarem... para ter outra autonomia... acho que faz falta uma creche. Numa ama há uma ou duas crianças, não dá assim... enquanto numa creche há várias crianças, cada um com a sua personalidade, não é? Para eles também se habituarem a cada tipo de personalidade, não é? E acho que... acho que todas as crianças deviam andar numa creche. O meu menino... a evolução foi tremenda!"

Para essas mães sobressai a questão da segurança. Trata-se de assegurar que a escolha feita garante que os filhos vão ficar bem cuidados, bem tratados e acarinhados, num espaço físico avaliado como adequado às suas necessidades e educação. Assim como os pais, as mães valorizam o ambiente institucional enquanto espaço privilegiado para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social das crianças. É interessante notar que tanto as mães como os pais, percebem o espaço público e coletivo da creche como um espaço privilegiado para a socialização das crianças desde tenra idade, valorizando as diferenças com o espaço doméstico, numa clara crítica a ideia da creche como substituta materna. Portanto, não esperam que a organização do cotidiano tenha como referência a "rotina lá de casa" e nem que seja privilegiada uma relação diádica adulto- criança. A relação entre pares é sempre muito valorizada e, partilhada pelos pais e pelas mães que responderam o questionário.

Nos discursos não vislumbramos sinais de culpa relativamente a questão de não ser a mãe a tomar conta dos filhos, assim como identificamos o valor atribuído ao trabalho da mulher fora de casa como uma questão que, passando pelo económico, não tem mais só o sentido do complemento da renda familiar, mas se reveste agora da importância da independência financeira e realização profissional da mulher.

Apesar disso, as referências e o processo de negociação para a escolha do local para a guarda das crianças pelo casal, parecem estar ligadas às condições de trabalho e de vida da mulher, porque permanece como a responsável primeira pela criança, mas

permite também questionar esse mesmo papel ao trazer para a esfera pública a questão da partilha das responsabilidades relacionadas aos cuidados e a socialização das crianças muito pequenas, ao mesmo tempo que impõe a reorganização do espaço doméstico.

Um outro discurso questionado pelas mães é o discurso médico, tão importante na construção do ideal de mãe que, ainda hoje permanece como uma referência na definição das políticas públicas de atendimento e de formação na área da educação da infância em Portugal, como vimos anteriormente.

A opção da avó como prioritária também vem sendo questionada por algumas mães. Uma das mães referiu que antes de conhecer a creche teria optado pela avó, se isso fosse possível, mas que depois da experiência de ter a filha na creche, acha que, mesmo tendo a opção da avó, optaria agora pela creche.

No caso das mães que estavam desempregadas e escolheram a creche para compartilhar a educação dos seus filhos pequenos, apesar dos motivos estarem ligados à uma possível e, desejada, volta ao mercado de trabalho, também foram referidos como motivo para matricular o filho na creche, a solidão que caracteriza o trabalho da mãe em tempo integral, o maior tempo passado em frente a televisão da criança e a dificuldade de conciliar o tempo para as tarefas domésticas com o tempo para as brincadeiras com a criança. Pesquisas realizadas em Itália também revelam os mesmos problemas enfrentados por mães não-trabalhadoras (Musatti, 2003) e apontam para a contradição existente entre o cuidado e educação da criança no contexto da casa e a transformação dos papéis femininos.

Como sabemos, as amas fazem parte da política do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para a guarda e o cuidado das crianças dos 0 aos 3 anos de idade. Entretanto, os discursos dos pais e mães aqui analisados demonstram que essa é a opção menos valorizada no contexto urbano em função da perda dos laços de solidariedade entre vizinhos e parentes, que garantiriam a conhecimento e a confiança necessárias para o estabelecimento deste tipo de relação. Além disso, ao reconhecerem as capacidades das crianças muito pequenas para a socialização coletiva, atribuem menos valor a um ambiente doméstico pouco

estimulante, quando comparado com um ambiente organizado para o efeito, com profissionais habilitadas.

Os motivos para a escolha de ter um filho na creche vem conferindo legitimidade à educação pública das crianças de 0 a 3 anos no sentido da construção de novos valores, de novos lugares e novas regras nas relações sociais onde ambos os pais trabalham e a conciliação maternidade e trabalho vem se tornando “inevitável”. A partir da experiência de educar o filho na creche, motivada pelo trabalho da mãe, os pais e mães reelaboram seus discursos questionando os valores tradicionais que identificam a relação casa-mulher-criança como ideal da socialização, ainda que não estejam ausentes as ambiguidades, dúvidas e contradições próprios de todo processo de mudança.

Para essas mães foi especialmente difícil o início do processo de deixar o filho na creche, com choro, angústia, culpa e dúvidas sobre se a escolha era a melhor, mas que foram sendo dissipadas à medida que uma relação de confiança era estabelecida com as educadoras e auxiliares. Importa lembrar a importância de uma experiência positiva com a creche para a formulação de uma nova concepção sobre a mesma, assim como reforça para as mulheres uma nova ideia e uma nova possibilidade sobre a conciliação entre maternidade e trabalho.

BIBLIOGRAFIA

Arroyo, Miguel G. (1994). O significado da infância. In I Simpósio de Educação Infantil. Brasília, Ministério da Educação, p.88-92.

Bairrão, Joaquim (1997). A Evolução do Sistema Educativo Português e o Prodep. Educação Pré-Escolar. Lisboa, Ministério da Educação.

Bondioli, Anna, Mantovani, Susanna (1998). Manual de Educação Infantil. De 0 a 3 anos. Porto Alegre, Artmed, 9ª ed.

Cardona, Maria João (1997). Para a História da Educação de Infância em Portugal. O discurso oficial (1834-1990). Porto, Porto Editora.

Correia, José Alberto (2000). As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos. Coleção Cadernos Pedagógicos. Porto, Asa Editores.

Cury, Carlos R. J. (1998). A Educação Infantil como direito. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coedi, p.9-15.

Dahlberg, Gunilla, Moss, Peter e Pence, Alan (2003). Qualidade na Educação da Primeira Infância. Perspectivas pós-modernas. Porto Alegre, Artmed.

Dias, Regina Celia (1995). O movimento de luta pró-creche de Belo Horizonte: a prática social de mulheres na construção de identidades sociais e de uma nova cidadania. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Dissertação de Mestrado).

Emiliani, Francesca e Molinari, Luisa. Os comportamentos parentais em relação à criança e à instituição. In: Bondioli, Anna e Mantovani, Susanna (1998). Manual de Educação Infantil. De 0 a 3 anos. p.88-95, Porto Alegre, Artmed, 9ª edição.

Filgueiras, Cristina (1986). Práticas educativas no movimento popular a experiência das mulheres do Bairro Industrial. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG (Dissertação de Mestrado).

Ghedini, Patrizia. Creches entre dinâmicas político-institucionais, legislativas, sociais e culturais. In: Bondioli, Anna e Mantovani, Susanna (1998). Manual de Educação Infantil. De 0 a 3 anos. p.43-57, Porto Alegre, Artmed, 9ª edição.

Gohn, Maria da Glória (1985). A força da periferia. Petrópolis, Vozes.

Haddad, Lenira (2002). “Substituir ou compartilhar? O papel das instituições de educação infantil no contexto da sociedade contemporânea”. Encontros e Desencontros em Educação Infantil. São Paulo, Cortez Editora, p.91 a 96.

James, A. And Prout, A. (ed.) (1990). Constructing and Reconstructing Childhood – Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood. Hampshire: The Falmer Press.

Ministério da Educação (2000). A Educação Pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal. Departamento da Educação Básica.

Montenegro, Mirna (1997) (org.). Educação de Infância e Intervenção Comunitária. Setúbal, Instituto das Comunidades educativas.

Musatti, Tulia. Modalidades e problemas do processo de socialização entre crianças na creche. In: Bondioli, Anna e Mantovani, Susanna (1998). Manual de Educação Infantil. De 0 a 3 anos. p.189-201, Porto Alegre, Artmed, 9ª edição.

Portugal, Gabriela (2000). Educação de bebês em creche – Perspectivas de Formação Teóricas e práticas. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO. Investigação e Práticas, número 1, Janeiro 2000, p.85-106.

Silva, Isabel de Oliveira e (2001). Profissionais da Educação Infantil. Formação de Identidades. São Paulo, Cortez Editora.

Silva, Isabel de Oliveira e (2008). Educação Infantil no coração da cidade. São Paulo, Cortez Editora

Telles, Vera da Silva (1997). Direitos Sociais: afinal do que se trata? São Paulo, Biblioteca Virtual da USP.